



Sumário

Introdução 15

1. Ecos de uma Cidade Negra: *O Mulato ou O Homem de Cor, Brasileiro Pardo, O Cabrito e O Lafuente* 23

Os pasquins negros: quando a cor da pele virou notícia na Regência 23

Tipografia Fluminense de Brito: um espaço de redes negras na Corte 31

Argumentos e contra-argumentos, porque de polêmicas eram feitos os pasquins 41

2. Do Leão do Norte seguiu a notícia: “Realidade constitucional ou dissolução social” 53

O Recife no tempo de *O Homem* falar 53

A cor na política: idas e vindas da resistência nas páginas de *O Homem* 71

Educação cívica, denúncia e exaltação dos exemplos – As práticas sociopedagógicas de *O Homem* 88

3. Democracia racial em nome do progresso da pátria 103

O avanço da memória rumo ao passado: a imprensa negra paulista no século XIX 103

A Pátria e a viabilidade do sonho de República para um órgão dos homens de cor 106

Desilusões e desafios na escrita de *O Progresso* 123

4. O Exemplo: negras lições que não podem passar em branco 137

Numa barbearia nasceu um jornal 137

A folha como tribuna do combate ao racismo 144

Divergências sim, mas em defesa da educação 156

Quando o treze de maio era “dia de negro” 166

Fontes e referências bibliográficas 173



Introdução

A atuação organizada de grupos e indivíduos contra a discriminação racial, de forma ampla, bem como o estabelecimento de veículos de imprensa negra, em particular, têm sido fenômenos comumente localizados no século XX. Uma rápida observação indica que considerável parcela dos estudos desenvolvidos no e sobre o Brasil tem realçado as iniciativas levadas a cabo a partir do século passado em detrimento de outras antecedentes¹. Assim, os feitos da resistência negra livre da escravidão, independentemente de suas intenções, foram cada vez mais associados às décadas posteriores ao fim do sistema escravista. De uma parte, o reconhecimento alcançado pelos jornais negros paulistas do início da década de 1910; pelas atividades da Frente Negra Brasileira, nos anos de 1930; pelo Teatro Experimental do Negro, em sua

.....

1. Entre os vários trabalhos existentes, podem ser citados: Domingues (2004 e 2008), Bastide (1973), Fernandes (1978), Ferrara (1986), Moura (1992), Pires (2006), Silva (2004) e Souza (2005).

atuação dentro e fora dos palcos, nos anos 1940; pelas produções do Movimento Negro Unificado, potencializadas por sua fundação em 1978, e por tantos outros fatos, tudo isso serviu como estímulo a estudos que lhes mantiveram distantes do esquecimento. Por outro lado, na maioria dos trabalhos voltados para períodos anteriores, tem prevalecido o interesse por experiências e formas de resistência desempenhadas pelos africanos e seus descendentes submetidos ao regime escravista no Brasil na condição de cativos.

Para além de se reconhecer a seriedade e legitimidade de vários desses estudos, as lacunas deixadas – muito em virtude da restrição a essas áreas de interesse – têm de ser admitidas e enfrentadas (Negro e Gomes, 2006). Inúmeras ocorrências permanecem à espera de um exame detido, que poderá até mesmo revelar outras conexões entre diferentes momentos e grupos negros. É preciso, portanto, encarar o problema colocado por Flávio Gomes, quando afirma:

De uma maneira geral, as lutas e as organizações negras no Brasil do século XX têm sido analisadas sob uma perspectiva a-histórica. Acusados de fracos, inconsistentes e sem continuidade, associações e movimentos sociais negros no Brasil republicano foram desenhados em muitos estudos com um processo de luta antirracista: ora desdobramento linear de um abolicionismo inacabado, ora tradição romantizada das lutas escravas, tipo quilombos. [...] Enfatiza-se, assim, uma visão de *vazios e/ou descon-tinuidades*, que supostamente só haveria nestes movimentos e não em outros, como por exemplo, nas lutas operárias e nos partidos políticos. (Gomes, 2005a, p. 49)

Trata-se de um questionamento de longo alcance, pois, ao tempo em que destaca a urgência de um tratamento efetivamente histórico a essas ocorrências, também impulsiona dúvidas quanto a situações precedentes. Foram questões dessa natureza que serviram de estímulo para empreender as reflexões sobre a existência e a atuação de jornais negros no século XIX.

Tema da minha pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, em 2006, esses jornais me levaram à historiografia ainda na graduação em Jornalismo. Em 1999, quando apresentada a um fac-símile do pasquim *O Homem de Cor*, pelo professor Lunde Braghini Jr., fiquei surpresa com aqueles textos datados de 1833 que traziam denúncias de discriminação de ordem racial, escritos por homens livres mulatos, pardos – negros, portanto. Dirigidas a outros cidadãos da Corte, que teriam a mesma aparência dos redatores, aquelas palavras afirmavam talentos e virtudes e pretendiam contribuir para a solução de problemas enfrentados por aquelas pessoas – realidade até então pouco conhecida por mim, familiarizada apenas com sujeitos escravizados...

Daquela admiração, passaram-se anos, tempo em que fui encontrando – ou fui encontrada por – outros periódicos com características muito próximas, mas publicados por pessoas diferentes, em épocas e locais igualmente distintos. No fim das contas, a amostra formou-se de oito títulos que, apesar dos intervalos, compreendem o período de setembro de 1833 a agosto de 1899. Os jornais negros analisados, aqui em sua ortografia atualizada, respondem à seguinte ordem de lançamento: *O Homem de Cor* ou *O Mulato, Brasileiro Pardo*, *O Cabrito* e *O Lafuente*, do Rio de Janeiro (RJ), em

1833; *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, de Recife (PE), em 1876; *A Pátria – Órgão dos Homens de Cor*, de São Paulo (SP), em 1889; *O Exemplo*, de Porto Alegre (RS), de 1892; e *O Progresso – Órgão dos Homens de Cor*, também de São Paulo (SP), em 1899.

Curiosamente, muitos dos recursos argumentativos e das características nesses títulos tinham sido encontrados por Roger Bastide nos jornais negros paulistas das décadas de 1920 e 1930, o que não parecia suficiente para justificar a proposta de incorporação daqueles jornais oitocentistas ao panorama da imprensa negra no Brasil. A fim de verificar a legitimidade da proposta, busquei entender como se deu o processo de formação da imprensa brasileira.

Diferentemente do que se passou em outras colônias americanas – a exemplo do Peru, do México e dos Estados Unidos –, onde a dominação colonial, em larga medida, foi assegurada graças a um investimento na imprensa escrita e na educação, a vasta faixa do império colonial português na América, que daria origem ao Brasil, só contaria com a imprensa pouco antes de sua independência política.

Não por acaso, o marco de fundação da imprensa brasileira acabou sendo confundido com o ano da autorização de seu funcionamento, que se deu pelo decreto do príncipe regente D. João VI, em maio de 1808. A consagração da novidade, mesmo assim, ficou sujeita a outra polêmica, dessa vez entre o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*. O primeiro periódico, dirigido e redigido por Hipólito da Costa, em Londres, apareceu a 1º de junho de 1808, três meses antes do lançamento da *Gazeta* na Corte, escrita por portugueses. Nessas condições, integrado à imprensa brasileira pelo fato de dedicar-se aos problemas do Brasil e ter circula-

ção direcionada a essa região, o *Correio Braziliense* foi tido como inaugurador (Sodré, 1999, p. 22-23). Não fosse esse argumento o mais convincente, e a força maior recaísse sobre o local de produção do impresso, tal representatividade ficaria a cargo da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Essa controvérsia, aparentemente inocente, ilustra bem os embates em torno dos quais se construiu o conceito de imprensa brasileira. Seguindo a sugestão de Antonio Candido (2000) presente em suas reflexões sobre a formação do sistema literário brasileiro, recorri às categorias “autor”, “obra” e “público”, na qualidade de momentos da produção comunicativa, como estratégia de explicação. Assim, a noção de pertencimento orientaria essas três instâncias de acordo com suas especificidades. O reconhecimento de um jornal como manifestação da imprensa brasileira passaria pelos laços do periódico com o espaço em questão: feito por brasileiros; em solo brasileiro; direcionado a um público brasileiro; em estreito diálogo com esse público; tratando de assuntos brasileiros.

Como mostraram a história e a historiografia da imprensa brasileira, a depender dos interesses, da ocasião e das perspectivas, tais requisitos não precisaram ser contemplados em sua totalidade para que um impresso fosse afirmado como tal. Mesmo assim, essas marcas de origem não tiveram de ser descartadas ou consideradas ilegítimas. Desse ponto de vista formal, imprensa negra, imprensa brasileira, imprensa abolicionista, imprensa operária ou imprensa feminina seriam somente expressões compostas em que o adjetivo sugere possibilidades de entendimento, às quais também se conectam questões relativas à autoria, ao público e aos objetivos – jornais feitos por negros; para negros; veicu-

lando assuntos de interesse das populações negras. Eis, então, o conceito utilizado neste livro.

Identificar tais características resultou, por outro lado, no reconhecimento de condições propícias à emergência desses veículos da imprensa negra, o que, por sua vez, levou à distinção de um detalhe precioso: a atuação de um razoável número de negros letrados capazes de, em diferentes momentos do século XIX, gerar e absorver as ideias emitidas naqueles jornais, bem como disseminá-las entre os pares iletrados. Com intuito de apresentar um panorama daqueles jornais, a pesquisa acabou levantando informações sobre homens negros livres acerca de questões caras a seu cotidiano antes da virada do século XX.

O Capítulo 1, “Ecos de uma Cidade Negra: *O Mulato ou O Homem de Cor, Brasileiro Pardo, O Cabrito e O Lafuente*”, aborda o material dos pasquins negros publicados no Rio de Janeiro de 1833, no período regencial. Com base em dados sobre personalidades envolvidas na produção desses periódicos e da imprensa fluminense – como Francisco de Paula Brito e Maurício José de Lafuente –, mostra-se uma rede de solidariedade negra à qual interessavam a conservação de garantias individuais e também a construção de uma voz coletiva direcionada ao fortalecimento do grupo. As polêmicas criadas em torno dos acontecimentos da política imperial serviram ainda como espaço singular para identificar como os redatores colocavam os ideais iluministas e liberais de democracia a serviço da luta pela igualdade de todos os cidadãos, independentemente da cor da pele.

Saindo da Corte Imperial, o estudo centra-se em Recife, onde se deu a publicação dos doze números do jornal *O Homem* nos primeiros meses do ano de 1876. O Capítulo 2,

“Do Leão do Norte seguiu a notícia: ‘Realidade constitucional ou dissolução social’”, traz o exame da vasta argumentação desenvolvida naquele impresso acerca de assuntos de interesse da população negra local, fossem indivíduos livres, libertos ou escravizados. Além de ser, até onde se sabe, o primeiro jornal negro de Pernambuco, *O Homem* é tido como primeiro periódico abolicionista daquela província. Apresentando um nível técnico bem mais avançado que o disponível nos pasquins fluminenses, o periódico conseguiu também articular um sofisticado repertório intelectual a fim de desbancar as teorias raciais que postulavam a superioridade das raças “sem cor” e a inferioridade das raças “de cor”. Ao lado da defesa e do fortalecimento dos “pretos e pardos”, categorias empregadas no próprio jornal, reconhecia-se a importância dos povos indígenas como parceiros na luta contra o “preconceito de cor” no Brasil.

O Capítulo 3, “Democracia racial em nome do progresso da pátria”, ocupa-se de dois exemplares da imprensa negra paulista ainda no século XIX. Pouco depois do fim da escravidão, mas não dependente desse evento, o jornal *A Pátria* apareceu em São Paulo em 1889. Sua fala, marcada pelo reconhecimento e o compromisso com seus antepassados, pais, avós e pares recém-libertos do escravismo, destacou-se também por incontestável simpatia para com o republicanism, entendido como o passo seguinte rumo à extinção do “preconceito de cor”. Curiosamente, no transcurso de dez anos, tais expectativas assumiriam a forma de desilusões nas páginas de *O Progresso*, de autoria de outro grupo. A proclamação da República não garantiria melhores condições de vida para os cidadãos negros, em vez disso o quadro agravou-se. Por esse motivo, a folha optava por não se

vincular a qualquer das disputas políticas hegemônicas, voltando-se para o fortalecimento da luta dos negros em seu próprio benefício.

Por fim, no Capítulo 4, “*O Exemplo: negras lições que não podem passar em branco*”, a discussão gira em torno do primeiro jornal negro do Rio Grande do Sul, iniciado em 1892. Desde o primeiro contato com o número de lançamento desse periódico, pude notar a multiplicidade das questões tratadas como alvo de grande interesse para a população negra gaúcha, impressão comprovada e ampliada com a posterior leitura dos outros números. Ali se visualizam os recursos argumentativos adotados pelos jornalistas para dar legitimidade a seus pronunciamentos, bem como detalhes da vida sociocultural das comunidades negras gaúchas.

Como é fácil prever, a abordagem deste livro não esgota a riqueza de detalhes da documentação. De todo modo, nesses novos tempos de lutas contra o racismo, com a implementação das Leis ns. 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008, que tornaram obrigatório o ensino de história dos afro-brasileiros e indígenas na rede brasileira de ensino, espero oferecer ao leitor informações valiosas que sirvam a seus próprios questionamentos.

1

Ecoss de uma Cidade Negra: *O Mulato ou O Homem de Cor, Brasileiro Pardo, O Cabrito e O Lafuente*

OS PASQUINS NEGROS: QUANDO A COR DA PELE VIROU NOTÍCIA NA REGÊNCIA

Foi num sábado de 1833, quando a abdicação de D. Pedro I era ainda evento recente e a criação da Guarda Nacional, chamada “milícia cidadã”, uma das tantas questões a mobilizar os diversos setores da população. Na intensa agitação em torno dos valores da democracia moderna, traço que marcou o período regencial², vivia-se um momento de in-

.....

2. Período de intensa agitação política e popular, marcado pelo governo provisório instituído após a abdicação de D. Pedro I, em abril de 1831, em virtude da menoridade do príncipe sucessor. Em meio às disputas entre os partidos restaurador, exaltado e moderado, este último alcançou o controle do poder, tanto na Regência Trina Permanente (1831-1835) quanto na Regência Una (1835-1840). Perdurou até julho de 1840, quando D. Pedro II foi emancipado aos catorze anos de idade e assumiu o trono, iniciando o Segundo Reinado. Para mais informações sobre o período, consultar Castro (2004) e Morel (2003).

certezas e reafirmação prematura da cidadania brasileira. Estreitamente ligado a tudo isso, o primeiro jornal da imprensa negra no Brasil, o pasquim *O Homem de Cor*, surgiu na capital do Império, a 14 de setembro, da Tipografia Fluminense de Paula Brito, loja instalada no Largo do Rocio, cuja presença negra era bem marcante. Importava questionar as efetivas condições de realização daquelas promessas de liberdade que havia tempos circulavam e ganhavam forma nas mentes de livres e libertos – sem falar dos escravizados.

O cabeçalho dos cinco números do jornal, publicados entre setembro e novembro, trazia uma apresentação esquemática desse debate pulsante: no lado esquerdo, a transcrição do parágrafo XIV do artigo 179 da Constituição de 1824: “Todo o Cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes”; no direito, reproduzia um trecho do ofício do Presidente da Província de Pernambuco, de 12 de junho de 1833: “O Povo do Brasil é composto de Classes heterogêneas, e de balde as Leis intentem misturá-las ou confundi-las, sempre alguma há de procurar, e tender a separar-se das outras, e eis um motivo a mais para a eleição recair nas classes mais numerosas” (*O Homem de Cor*, n. 1, p. 1).

Ao longo desse texto oficial que chegou aos cidadãos da Corte, movido pelo temor do avanço dos “homens de cor” entre os postos de destaque, o presidente Manuel Zeferino dos Santos propunha a divisão da classe dos cidadãos de acordo com a tonalidade da pele, de modo que isso pautasse a distribuição diferenciada e hierarquizada de cargos públicos. O objetivo era instituir uma forma mais eficaz de controle do poder, em que, no caso da Guarda Nacional, as